

“Reeleição não funcionou bem”

FRITZ UTZERI, TEODOMIRO BRAGA, DORA KRAMER E PAULO FONA

REELEIÇÃO

“Oito anos é um período excessivo, e o 2º mandato passa a ser encarado como período final, mais curto do que é”

– Como o senhor está vendo a reforma política em negociação no Congresso Nacional?

– Duas questões são fundamentais: eliminar a possibilidade da reeleição e implantar voto para o Legislativo segundo a lista partidária. Eu prefiro o voto distrital misto. Mas se for mais difícil, pelo menos que seja voto em lista. No Brasil há uma coisa que funcionou bem, na prática, que são os dois turnos nas eleições majoritárias. Mas existem problemas. Na minha opinião, o que não vem funcionando bem é a reeleição.

– Para todos os níveis, presidente inclusive?

– Todos os níveis, presidente inclusive. Eu creio que se deveria implantar um mandato de cinco anos para presidente e manter o de governadores e prefeitos em quatro. Evidentemente, este ano haverá reeleição para prefeituras até porque houve nas outras duas esferas.

– Mas isso não caracterizaria casuismo?

– Eu estou pensando a médio e longo prazos. Não estou olhando o curto prazo. Se fosse tão casuística, não teria envolvido também governadores e prefeituras.

– Mas precisaria do apoio deles para aprovar...

– Toda vez que se aprova uma determinada medida sempre há fatores de conjuntura, ou até nos casos em que não se aprova, como o do parlamentarismo, quando acabaram interferindo duas vezes fatores de conjuntura: na Constituinte, a posição contrária do Executivo, e, no plebiscito, a posição contrária do PT, que era parlamentarista mas deixou de ser quando achou que tinha chance de ganhar a eleição presidencial no ano seguinte.

– Por que a reeleição não funcionou?

– Na minha opinião, não funcionou adequadamente. Oito anos termina sendo um período excessivo, e o segundo mandato passa a ser encarado como um período final, mais curto do que na verdade é. Nos governos estaduais, anticipo que acontecerá algo parecido, assim como nas prefeituras.

– Mas não é casuismo, depois que se reelegeu o presidente Fernando Henrique e aí se tenta acabar?

– Eu sou voluntarista. Quando você vê que uma coisa está errada, é melhor corrigir.

– O senhor era contrário à reeleição do presidente Fernando Henrique?

– Nunca fui entusiasta, mas apoiei.

– Por que mudou de idéia?

– O Keynes, o maior economista deste século, disse uma vez a um interlocutor que cobrou dele uma mudança de posição: “Quando os dados da realidade mudam, eu mudo a minha opinião.” Você faz o quê?

– O que mudou?

– A experiência não funcionou bem.

– Estamos falando da experiência da Presidência da República?

– Não falo apenas da Presidência, mas dos governos estaduais. Trouxe limitações para composições políticas, dificuldades de renovação que são necessárias na democracia brasileira.

– É uma proposta que deve ser defendida pelo governo?

– Não. Não estou falando como ministro, mas como político e senador. No PSDB não há unanimidade a respeito da minha posição, que é compartilhada hoje por muita gente em todos os partidos. Em todos eles também há quem seja contra essa tese.

– Qual é a vantagem da lista partidária? Ela não pode ser manipulada?

– Não, até porque a manipulação da lista tem um limite, porque se um partido fizer uma lista muito ruim, não elege. E é uma maneira interessante de você reforçar, primeiro, a formação de liderança, segundo, a fidelidade partidária. Esse é o melhor mecanismo para a fidelidade partidária.

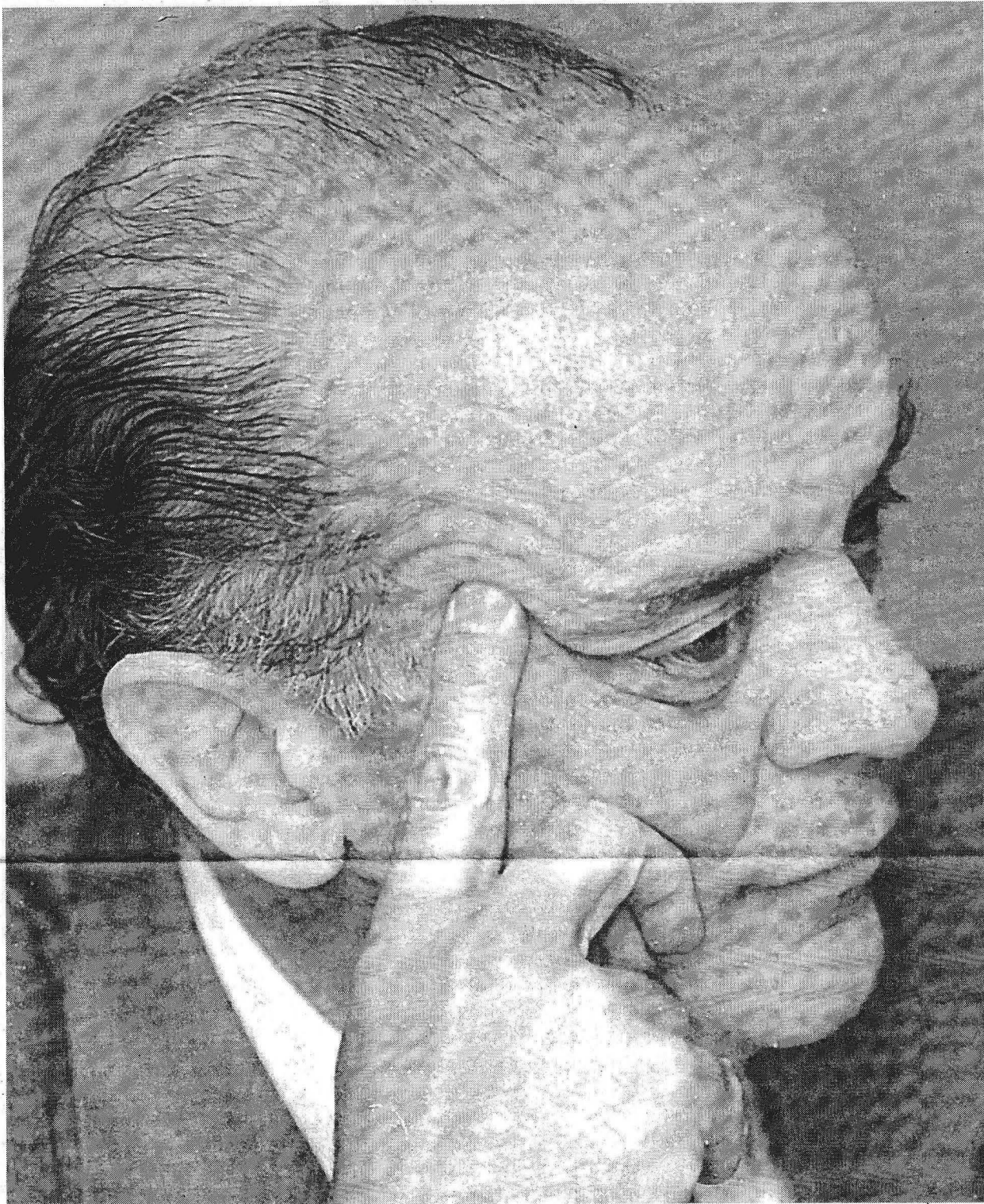
– Por quê?

– Porque em cada eleição a sua chance de se eleger como parlamentar vai depender de duas coisas: do voto que o seu partido receber e da posição que você tiver na lista. O comportamento excessivamente “infel”, digamos assim, poderá fazer com que você mude de lugar na lista. Além disso, na realidade eleitoral de hoje, as listas atenuariam o peso do poder econômico e a excessiva

Um dos principais nomes do PSDB para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 2002, o ministro da Saúde, José Serra, faz uma revelação surpreendente: é contra a reeleição para a Presidência, governos estaduais e prefeituras. “A experiência não funcionou bem”, justifica Serra, apontado nas pesquisas como o ministro mais eficiente do governo. Além do fim da reeleição, ele defende uma reforma política que inclua o voto para o Legislativo segundo uma lista partidária, o que eliminaria as “candidaturas individuais”. “Não há nenhum país que tenha um sistema político eleitoral tão individualista quanto o brasileiro”, garante. Precavido, o ministro tem ressalvas à proposta de financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Ele entende que o financiamento privado deve ser mantido e disciplinado, sob risco de sobrevi-

ver de forma clandestina, e se preocupa também com a origem dos elevados recursos públicos para o financiamento das campanhas, que calcula em 4% do orçamento federal. “Os eleitores aprovariam?” Apesar das tarefas no ministério, Serra promete se engajar na campanha de outubro, apoiando candidatos a prefeito do PSDB ou dos seus aliados em todo o país, dedicando-se mais ao Estado de São Paulo. Ele acha, porém, que o governo não deve interferir em outra eleição – a dos próximos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Mas defende o direito de o PSDB disputar a presidência da Câmara. “Espero que se encontrem saídas que não fraturem essa base”, afirma, preocupado com a possibilidade de que a coligação que elegeu Fernando Henrique em 1994 e 1998 seja rompida em função das disputas pelos comandos do Congresso.

Brasília – Carlos Eduardo



CAMPANHA

“Vou apoiar outros candidatos do PSDB ou aliados deles, pessoalmente, não através do ministério”

LISTA PARTIDÁRIA

“As listas reforçam a formação de lideranças e a fidelidade partidária, atenuam o peso do poder econômico”

COLIGAÇÕES

“O fim das coligações fortalecerá os partidos. É importante para a democracia ter partidos fortes”

CONGRESSO

“O governo não vai se intrometer em disputa na sua base, e espero que se encontrem saídas que não a fraturem”

sub-representação das regiões metropolitanas.

– Como compatibilizar a lista partidária com uma pessoa que tem o poder dentro da máquina, mas fora não tem voto?

– Todos vão ter de trabalhar dentro do partido, se nós queremos ter partido. Pode se ter uma outra hipótese, que é a de continuar tentando consolidar a democracia com partidos fracos. Eu não partilho dessa idéia.

– O atual modelo, com pulverização de partidos, está esgotado?

– O que eu digo de fraqueza partidária não é apenas o número. É a volatilidade até da composição dos partidos. É a falta de uma posição mais coerente ao longo do tempo.

– O senhor defende o fim das coligações para eleição proporcional?

– Sim, para fortalecer os partidos.

– Mas os tradicionais partidos de esquerda vão ser prejudicados...

– Mas aí você tem que ter alguma reagrupação partidária. Às vezes o eleitor vota numa coligação, e o resultado é distinto daquele que o eleitor perseguia. É necessário um mínimo critério para o fortalecimento partidário. É importante para a democracia ter partidos fortes. Não há nenhum país democrático do mundo, entre os mais significativos, que tenha um sistema político eleitoral tão individualista quanto o brasileiro.

– O que é sistema político eleitoral individualista?

– É voltado para o candidato. Ele pode mudar cinco vezes de partido, o mandato não é do partido, é dele. Nas grandes democracias não é assim.

– O senhor apóia a proposta de fidelidade partidária que garante a permanência do parlamentar no partido que o elegeu?

– Talvez seja o caso de só permitir a mudança de partido num período muito inicial do mandato. Ou para criar um novo

partido. Porque senão você não pode nunca mudar a estrutura partidária. Se a pessoa sai para criar um novo partido, assumindo os riscos eleitorais, está bem.

– O senhor apóia o financiamento público de campanha?

– Isso tem que ser bem analisado porque envolve várias questões. Primeiro, como evitar fraudes do financiamento público. Você pode ter o financiamento público e ter o financiamento paralelo, igual. Eu acho que um elemento...

– Exclusivo...

– Não é isso, de exclusivo. Ou você dá uma oportunidade para que o financiamento privado subsista ou ele vai se fazer de maneira paralela. Subsista e disciplinado. Segundo ponto: como financiar. Porque é fácil falar, mas se você for gastar 200 milhões a cada dois anos, precisaria de 400 milhões por ano. De onde vai sair isso?

– Não pode ser da Saúde...

– Eu fico sempre preocupado porque isso é 4% do orçamento federal. Quer dizer, de onde vai sair? Os eleitores aprovam? Porque isso tudo não é tão simples quanto parece.

– O resultado da eleição municipal tem relação com a campanha presidencial?

– Em política tudo tem a ver com tudo, mas neste caso é menos do que se imagina. Na capital de São Paulo, em 85, perdemos a eleição, o candidato era o Fernando Henrique, mas ganhamos em 86, com o PMDB. Em 88, o Quércio perdeu a eleição na capital e ganhou o sucessor no estado, o Fleury. O Fleury perdeu a eleição na capital, com o Aloysio Nunes na época o candidato do PMDB. Em 94 ganhou o PSDB, que tinha perdido a eleição de 92, ganhou o governo do estado em 94 e perdeu comigo em 1996 para a prefeitura e ganhou o governo novamente em 98.

– O senhor vai participar da campanha municipal?

– Em São Paulo, onde eu sou senador. Eu não vou me furar a apoiar outros candidatos do PSDB ou aliados deles, pessoalmente, não através do ministério, porque ministério não tem de se meter em eleição.

– E a eleição da mesa na Câmara e no Senado, até dezembro?

– O governo não vai se intrometer em disputa na base do governo, e espero que se encontrem saídas que não fraturem essa base.

– O PSDB pode ficar com a presidência da Câmara?

– Sem dúvida é uma possibilidade. A orientação do presidente é não interferir. Há uma dinâmica própria. Eu fui deputado por oito anos e tive um tempo razoável no Senado para saber que há uma dinâmica própria, principalmente na Câmara, onde o peso corporativo é forte.

– O desempenho de cada um dos três partidos da base, na eleição municipal, é importante para a definição do futuro governo?

– Sem dúvida é um critério, tudo entra. O empenho do presidente e o que percebe das lideranças dos três partidos é para que se recomponha a aliança para 2002. Além disso, acho legítimo que cada partido apresente nomes e se decida um critério comum para escolher um candidato único.

– Que critério seria esse?

– Por exemplo, no Chile, onde há uma coalizão para valer entre democratas-cristãos e socialistas, eles decidiram fazer uma prévia, na qual gente de um partido poderia votar no outro. O importante é a disposição de marchar juntos. Agora, cada um tem todo o direito, toda a aliança tem tensões e tem disputas, isso é evidente.

– E o senhor acha que há essa disposição das lideranças?

– Sim. Sinto que é um sentimento que está se expandindo.

ALIANÇA

“O que percebo das lideranças dos três partidos é para que se recomponha a aliança para 2002”